

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO SUL**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**  
**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO**  
**PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA – LEI 13.019/2014 E**  
**DECRETO MUNICIPAL Nº32/2017**

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE**  
**PARCERIA – LEI 13.019/2014 E DECRETO MUNICIPAL**  
**Nº32/2017**

**Partes:** Município de Rosário do Sul e a Associação Rosariense dos Apicultores

**Objeto:** Visa o apoio financeiro à Associação para a aquisição de materiais e serviços para melhoria da sua sede

**Valor Global:** R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

**Vigência:** 31/12/2021

O Município de Rosário do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal da Agricultura, em conformidade com os atos relativos a (dispensa) ou (inexigibilidade) de acordo com a Lei Federal nº 13.019/2014, informa que foi autorizada a dispensa de chamamento público para formalização de parceria mediante Termo de Colaboração, a ser celebrada com a entidade Associação Rosariense dos Apicultores, CNPJ nº 02.517.930/0001-20, de modo que se torna público a justificativa de dispensa/inexigibilidade que está disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Rosário do Sul/RS [www.rosariodosul.rs.gov.br](http://www.rosariodosul.rs.gov.br).

A Prefeitura Municipal por intermédio de Emenda Impositiva Individual autorizou o Poder Executivo a concessão de repasse à referida entidade.

A lei 13.019/2014, estabelece uma série de critérios para a formalização de ajuste, dentre eles, a regra geral de chamamento público. Para a realização do Chamamento Público, vários quesitos deverão ser cumpridos pela municipalidade o que levaria muito tempo para sua efetivação, o que ocasionaria um prejuízo inestimável com a interrupção dos serviços.

No entanto, os artigos, 29, 30 e 31 da Lei 13.019/2014, trazem a previsão de dispensa no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, bem como, aquelas que envolvam recursos de emendas parlamentares.

A Associação Rosariense dos Apicultores pretende adquirir materiais de construção e pagar serviços de mão de obra para a realização de reparos estruturais na sua sede, visando dar maiores condições para execução das atividades de extração processamento e comercialização do mel.

O Plano de Trabalho apresentado é condizente com os objetivos buscados pelas políticas públicas da Secretaria da Agricultura e do Município (políticas de incentivo à apicultura) e foi devidamente aprovado pela Comissão de Seleção, de Inexigibilidade e de Dispensa no Chamamento Público.

A entidade parceira indicada é organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, não remunerados, nem sequer distribui lucros e excedentes aos diretores, gestores ou associados, bem como, tem previsto a destinação do seu patrimônio a outra instituição de mesma natureza ou ao poder público, em caso de desconstituição, atendendo plenamente aos critérios do art. 2º, I, da lei nº 13.019/2014.

679

Cabe ainda destacar que a entidade apresentou todos os documentos solicitados, cumprindo assim, os requisitos mínimos para a formalização do termo.

Diante do exposto, entendemos haver justificativa válida, idônea e de interesse público para a celebração da parceria. Assim, nos termos do art. 32, § 2º da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventuais impugnações no presente, que deverão ser efetuadas no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Rosário do Sul, sito à Rua Amaro Souto, nº 2203, Centro de Rosário do Sul/RS.

Rosário do Sul, 19 de agosto de 2021.

**MALISE CERA CADORE - SECRETÁRIA**

Secretaria Municipal da Agricultura de Rosário do Sul/RS

**Publicado por:**

Igor Nunes de Freitas Borsari

**Código Identificador:5CC687E0**

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul no dia 22/11/2021, Edição 3194

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/famurs/>

689

Vistos,

Encaminho o feito ao Departamento de Licitações para que seja realizada a análise da viabilidade jurídica da parceria, nos termos do Art. 35, VI da Lei n.º 13.019/2014.

Rosário do Sul, 22 de novembro de 2021.

  
Clene Pinto  
Secretaria de Coord. e Planejamento